

PARECER Nº 381/2019/JULG ASJIN/ASJIN
 PROCESSO Nº 00067.006170/2015-18
 INTERESSADO: AMERICAN AIRLINES INC

Submeto à apreciação de Vossa Senhoria Proposta de DECISÃO ADMINISTRATIVA DE SEGUNDA INSTÂNCIA, nos termos da minuta anexa.

ANEXO

MARCOS PROCESSUAIS

| NUP | Crédito de Multa (SIGEC) | Auto de Infração (AI) | Data da Infração | Lavratura do AI | Ciência do AI | Ofício de Convalidação | Notificação de Convalidação | Decisão de Primeira Instância (DC1) | Ciência da DC1 | Multa aplicada em Primeira Instância | Protocolo do Recurso | Aferição Tempestividade |
|----------------------|--------------------------|-----------------------|------------------|-----------------|---------------|------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|----------------|--------------------------------------|----------------------|-------------------------|
| 00067.006170/2015-18 | 665001185 | 002187/2015 | 07/07/2015 | 05/11/2015 | 18/11/2015 | 10/07/2017 | 10/11/2017 | 21/08/2018 | 29/08/2018 | R\$ 7.000,00 | 06/09/2018 | 12/09/2018 |

Enquadramento: Art. 302, inciso III, alínea "u" da Lei nº 7.565 de 19 de dezembro de 1986 c/c art. 18, §3º da Resolução nº 141, de 09 de março de 2010;

Infração: Deixar de disponibilizar, nas zonas de despacho de passageiros (check-in) e nas áreas de embarque, informativos claros e acessíveis conforme o art. 18, §3º da Resolução nº 141, de 09/03/2010;

Proponente: Marcos de Almeida Amorim - Técnico em Regulação de Aviação Civil - SIAPE 2346625 - Portaria ANAC nº 361/DIRP/2017.

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recurso interposto pela AMERICAN AIRLINES INC, doravante INTERESSADA. Refere-se o recurso ao processo administrativo discriminado no quadro acima, que individualiza a materialidade infracional e retrata os marcos relevantes para o trâmite e regularidade processual.

2. Os autos evidenciam que em 07/07/2015 no voo nº 0274, a atuada não disponibilizou na zona de despacho de passageiros informativos claros e acessíveis sobre o acesso à informação pelos passageiros de seus direitos nos casos de atraso, cancelamento ou preterição, conforme dispõe os normativos em referência. Assim, foi lavrado o presente Auto de Infração, inicialmente capitulado no art. 302, inciso III, alínea "u" da Lei 7.565/86 c/c art. 18, §4º da Resolução nº 141/2010, sendo posteriormente através do Ofício nº 102(SEI)/2017/GTAA/SFI-ANAC em 10/07/2017 convalidado para o art. 302, inciso III, alínea "u" da Lei 7.565/86 c/c art. 18, §3º da Resolução nº 141/2010.

HISTÓRICO

3. O Relatório de Fiscalização - RF descreve as circunstâncias da constatação da ocorrência e reitera as informações constantes do AI lavrado em decorrência da verificação da infração.

4. **Defesa do Interessado** - Em defesa prévia, a interessada afirmou que, em atendimento aos ditames preconizados no artigo 18, §4º, da Resolução nº 141/2010, dispõe na área de check-in e despacho de bagagens, informativos impressos destinados aos passageiros acerca de seus direitos em caso de contingências operacionais.

5. Após convalidação da capitulação do Auto de Infração através do Ofício nº 102(SEI)/2017/GTAA/SFI-ANAC em 10/07/2017, a interessada foi notificada em 10/11/2017 (SEI nº 1417040), mas não apresentou novas alegações.

6. **Decisão de Primeira Instância** - O setor competente, em decisão motivada, considerou configurado o ato infracional, pela prática do disposto no art. 302, inciso III, alínea "u" da Lei 7.565/1986 combinado com o art. 18, §3º da Resolução ANAC nº 141 de 09/03/2010, por a atuada não ter disponibilizado em 07/07/2015, no Aeroporto Internacional de Recife, os informativos previstos pela legislação na área de check-in e despacho de bagagens, sendo aplicada sanção administrativa de multa no valor de **R\$ 7.000,00 (sete mil reais)**, nos termos da Tabela de Infrações do Anexo II, da Resolução ANAC nº 25/2008. Considerou inexistentes atenuantes ou agravantes capazes de influir na dosimetria da sanção.

7. **Do Recurso** - Em grau recursal, a interessada apresentou a seguinte alegação:

I - Necessária aplicação retroativa da norma mais benéfica, esclarecendo que a Resolução ANAC 141/2010 foi expressamente revogada pela ANAC, quando da entrada em vigor da Resolução nº 400, de 13 de dezembro de 2016, que passou a dispor sobre as Condições Gerais de Transporte Aéreo.

8. Pelo exposto, requereu que seja revista a decisão de primeira instância, para que se determine o cancelamento da multa imposta, com o consequente arquivamento do presente processo administrativo.

É o relato.

PRELIMINARES

9. **Da Regularidade Processual** - Considerados os marcos apontados no início dessa análise, acuso regularidade processual no presente feito. Foram preservados todos os direitos constitucionais inerentes ao interessado, bem como respeitados os princípios da Administração Pública, em especial contraditório e ampla defesa.

FUNDAMENTAÇÃO - MÉRITO E ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES DO INTERESSADO

10. **Da materialidade infracional** - A peça da DC1 confirmou, de forma clara e objetiva, a materialidade infracional imputada à interessada pela fiscalização. Restou comprovado a inobservância pela interessada, ao disposto na alínea "u", inciso III, do art. 302 da Lei nº 7.565, de 19/12/1986, que dispõe *in verbis*:

CBA

Art. 302. A multa será aplicada pela prática das seguintes infrações:

(...)

III - infrações imputáveis à concessionária ou permissionária de serviços aéreos:

(...)

u) infringir as Condições Gerais de Transporte, bem como as demais normas que dispõem sobre serviços aéreos;

11. No que concerne ao dever da empresa aérea de informação ao passageiro, o caput do artigo 18 da Resolução ANAC nº 141, de 2010 estabelece o pleno direito à informação, clara e ostensiva, acerca do serviço contratado e suas eventuais alterações. O parágrafo 3º, por sua vez, do referido artigo, dispõe, *in verbis*

§ 3º O transportador deverá disponibilizar, nas zonas de despacho de passageiros (check-in) e nas áreas de embarque, informativos claros e acessíveis com os seguintes dizeres: "Passageiro, em caso de atraso ou cancelamento de voo e de preterição de embarque, solicite junto à companhia aérea informativo sobre seus direitos, em especial no tocante às alternativas de acomodação, reembolso e assistência material."

12. Nesse sentido, deixar de disponibilizar, nas zonas de despacho de passageiros e nas áreas de embarque, os informativos, claros e acessíveis, nos termos dispostos no art. 18, §3º, da Resolução nº 141/2010, supra, constitui infração das condições gerais de transporte, tipificado na alínea "u" do inciso III do artigo 302 do CBA.

13. Não é demais salientar que a obrigação imposta pelo parágrafo de referência em vigor à época dos fatos, independe de qualquer alteração das condições contratadas, devendo a companhia aérea disponibilizar de forma ostensiva os informativos com os dizeres dispostos no normativo, sempre que esteja operando seus voos, tanto na sala de embarque como nas zonas de despacho de passageiros (check-in), com o objetivo de que tenham os passageiros a ciência de como buscar informações sobre seus direitos junto à transportadora para os casos de alterações das condições do contrato de transporte aéreo.

14. Conforme instrução dos autos e relatório da Fiscalização, o interessado foi atuado por não disponibilizar, nas zonas de despacho de passageiros, no Aeroporto Internacional de Recife, no dia 07/07/2015, informativos claros e acessíveis conforme estabelecido na referida norma, aplicável à época.

15. **Das razões recursais** - A Recorrente alegou em recurso acerca da suposta necessidade de aplicação retroativa da norma mais benéfica, informando que a Resolução ANAC nº 141/2010 foi expressamente revogada pela ANAC, quando da entrada em vigor da Resolução nº 400, de 13 de dezembro de 2016. Quanto a isso, observe-se que no processo sancionador deve haver previsão normativa da aplicação retroativa e, via de regra, as condutas são avaliadas e punidas à luz das normas vigentes no momento de sua prática. Este entendimento é corroborado pela Procuradoria Federal junto à ANAC no Parecer nº 143/2015/PROT/PFANAC/PGF/AGU, que tratou da retroatividade da norma mais benéfica no processo sancionador:

(...)

17. De se ressaltar que a questão da aplicação ou não do princípio penal da retroatividade da lei benéfica no direito administrativo punitivo foi enfrentada pelo Superior Tribunal de Justiça, tendo sido bem elucidada por José Galdino, no texto "A aplicação do princípio da retroatividade benéfica no direito administrativo punitivo à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

(...)

19. Em regra, considerando a forma de aplicação da lei no tempo, as normas legais, em sentido amplo, têm aplicabilidade imediata e geral. A admissão da retroatividade constitui exceção no ordenamento e, a despeito de não ser vedada, deve ser adotada com parcimônia.

20. Trata-se de postulado jurídico do *tempus regit actum*, que consagra regra da aplicabilidade da norma de direito material vigente à época da ocorrência do fato/conduta gerador, o qual possui matiz infraconstitucional na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/42), cujo art. 6º assim dispõe:

Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. (Redação dada pela Lei nº 3.238, de 1957)

§ 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou. (Incluído pela Lei nº 3.238, de 1957)

§ 2º Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem. (Incluído pela Lei nº 3.238, de 1957)

§ 3º Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso. (Incluído pela Lei nº 3.238, de 1957)

(...)

22. José Galdino destaca que a teoria da norma mais benéfica deve ser aplicada com moderação no processo administrativo, ante o maior dinamismo dessa seara jurídica e a diferença ontológica entre a sanção administrativa e a penal, bem assim em face da independência entre as instâncias. Transportar um princípio de um ramo do direito para outro exige certa ponderação.

23. No ponto, bastante oportuna a menção/transcrição de julgado do STJ, que refere existência de diferença ontológica entre a sanção administrativa e a penal, que permite transpor com reserva o princípio da retroatividade, argumento relativo à insegurança jurídica, que poderia ser gerado caso fosse adotada a posição que defende a retroação da lei mais benéfica (g.n):

"(...) A diferença ontológica entre a sanção administrativa e a penal permite transpor com reservas o princípio da retroatividade. Conforme pondera Fábio Medina Osório, "se no Brasil não há dúvidas quanto à retroatividade das normas penais mais benéficas, parece-me prudente sustentar que o Direito Administrativo Sancionador, nesse ponto, não se equipara ao direito criminal, dado seu maior dinamismo".

24. Com efeito, no caso do processo administrativo sancionador, não há como deixar de se ponderar acerca da abrangência do poder de polícia para a Administração Pública na sua função primordial de gerir a coletividade, na medida em que não raras vezes é indispensável a limitação da atividade privada para proteger o bem comum, isto é, o interesse da coletividade. Assim, para bem exercer este poder, a Administração precisa realizar um processo administrativo que garanta ao administrado o pleno gozo das garantias processuais legais e constitucionais, porquanto a liberdade do indivíduo deve estar resguardada de eventuais excessos administrativos.

25. De se referir que o Direito Penal tutela bem jurídico distinto do Direito Administrativo. Na esfera penal, há um gravame mais sério, muitas vezes relacionada à liberdade do indivíduo, já no âmbito administrativo, as penalidades estão relacionadas, na maioria das vezes, a penalidades de cunho material (econômico). Deste modo, retroatividade da lei mais benéfica em matéria penal tem um viés humanitário que não se repete no campo administrativo, não justificando tal retroatividade.

26. Nessa linha de raciocínio, não há como deixar de referir que o direito administrativo lida com uma realidade social muito dinâmica - diferente inclusive do que ocorre no direito penal -, regulando situações que mudam constantemente (exemplos: vigilância sanitária, meio ambiente, saúde suplementar, defesa do consumidor, mercado de capitais, livre iniciativa e concorrência no mercado, qualidade de produtos, mercado financeiro etc) e não aplicar a penalidade administrativa àqueles que praticaram conduta proibida, sob a égide da lei anterior, significa premiá-los com uma omissão estatal, que iria na contramão do pretendido caráter pedagógico e preventivo da sanção administrativa. (Grifou-se)

16. Desse modo, vê-se que não se sustenta a alegação do interessado, uma vez que se deve aplicar a legislação da época do fato, motivo pelo qual a sanção deve ser mantida.

17. Ante o exposto, tem-se que as razões dos recursos não lograram êxito em afastar a prática infracional objeto do presente feito e atribuída ao interessado, restando esta configurada nos termos aferidos pela fiscalização.

DA DOSIMETRIA DA SANÇÃO

18. Verificada a regularidade da ação fiscal, há que se averiguar a necessidade de correção do valor da multa aplicada como sanção administrativa ao ato infracional imputado. Embora a Resolução nº 472/2018 tenha revogado a Resolução ANAC nº 25/2008 e IN ANAC nº 08 de 2008, estabeleceu em seu artigo 82 que suas disposições não prejudicam atos já praticados e da aplicação das normas vigentes à época dos fatos, inclusive no que concerne às sanções aplicáveis.

19. Assim, conforme Tabela de Infrações do Anexo II da Resolução ANAC nº 25/2008, vigente à época dos fatos, pode-se observar que a interpretação da infração do artigo 302, inciso III, alínea "u" da lei 7.565/86, se dá da seguinte forma:

- R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) - valor de multa mínimo referente à infração;
- R\$ 7.000,00 (sete mil reais) - valor de multa médio referente à infração;
- R\$ 10.000,00 (dez mil reais) - valor de multa máximo referente à infração.

20. A Instrução Normativa ANAC nº 08/2008 em vigor à época dos fatos, determina que a penalidade de multa deve ser calculada a partir do valor intermediário constante das tabelas aprovadas em anexo à Resolução nº 25, em vigor desde 28/04/08, observando-se as circunstâncias atenuantes e agravantes existentes.

21. **ATENUANTES** - Para o reconhecimento da circunstância atenuante prevista no artigo 22, §1º, inciso I da Resolução ANAC nº 25/2008 ("o reconhecimento da prática da infração") entende-se que o ente regulado deve reconhecer não só a prática do ato, mas também o fato de que essa conduta infringiu norma de competência da Autoridade de Aviação Civil, o que não se deu nos autos do processo. Dessa forma, deve ser afastada a sua incidência.

22. Da mesma forma, entende-se que a Interessada não demonstrou, nos autos, ter adotado voluntariamente qualquer providência eficaz para amenizar as consequências da infração. Repare-se que nenhuma medida que configure um dever pode ser fundamento para a aplicação dessa atenuante, prevista no artigo 22, § 1º, inciso II da Resolução ANAC nº 25/2008.

23. Para a análise da circunstância atenuante prevista no artigo 22, § 1º, inciso III ("a inexistência de aplicação de penalidades no último ano"), é necessária pesquisa para identificar a eventual existência de sanção aplicada ao ente regulado no período de um ano encerrado a partir da data da infração ora analisada. Em pesquisa no Sistema Integrado de Gestão de Créditos – SIGEC desta Agência, ora anexada a essa análise, ficou demonstrado que há penalidades aplicadas em definitivo à Autuada antes da Decisão de Primeira Instância Administrativa como o crédito de multa nº 649560155, não devendo ser aplicada a referida circunstância atenuante.

24. **AGRAVANTES** - Quanto à existência de circunstância agravante, não se vê, nos autos, qualquer elemento que configure as hipóteses previstas no § 2º do artigo 22 da Resolução ANAC nº 25/2008.

25. **SANÇÃO A SER APLICADA EM DEFINITIVO:** Quanto ao valor da multa aplicada pela decisão de primeira instância administrativa, diante do esposado no processo, **entendo que cabe a manutenção em seu patamar médio, R\$ 7.000,00 (sete mil reais)**, dada a presença de atenuante e ausência de agravantes.

CONCLUSÃO

26. Pelo exposto, sugiro **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, **MANTENDO** a multa aplicada pela autoridade competente da primeira instância administrativa em desfavor de AMERICAN AIRLINES INC, conforme o quadro abaixo:

| NUP | Crédito de Multa (SIGEC) | Auto de Infração (AI) | Data da Infração | Infração | Enquadramento | SANÇÃO A SER APLICADA EM DEFINITIVO |
|----------------------|--------------------------|-----------------------|------------------|---|--|-------------------------------------|
| 00067.006170/2015-18 | 665001185 | 002187/2015 | 07/07/2015 | Deixar de disponibilizar, nas zonas de despacho de passageiros (check-in) e nas áreas de embarque, informativos claros e acessíveis conforme o art. 18, §3º da Resolução nº 141, de 09/03/2010; | Art. 302, inciso III, alínea "u" da Lei nº 7.565 de 19 de dezembro de 1986 c/c art. 18, §3º da Resolução nº 141, de 09 de março de 2010; | R\$ 7.000,00 (sete mil reais) |

27. **É o Parecer e Proposta de Decisão.**

28. **Submete-se ao crivo do decisor.**

MARCOS DE ALMEIDA AMORIM
SIAPE 2346625



Documento assinado eletronicamente por Marcos de Almeida Amorim, Técnico(a) em Regulação de Aviação Civil, em 26/03/2019, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador 2844870 e o código CRC 04418EAD.

 **SIGEC :: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CRÉDITOS**
 Atalhos do Sistema: [Menu Principal](#)

:: MENU PRINCIPAL

Dados da consulta Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: AMERICAN AIRLINES

Nº ANAC: 30000040096

CNPJ/CPF: 36212637000199

CADIN: Não

Div. Ativa: Não - E

Tipo Usuário: Integral

UF: SP

End. Sede: Rua Doutor Fernandes Coelho, 64 - 9º andar

Bairro: Pinheiros

Município: São Paulo

CEP: 05423040

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número ANAC

| Receita | NºProcesso | Processo SEI | Data Vencimento | Data Infração | Valor Original | Data do Pagamento | Valor Pago | Valor Utilizado | Chave | Situação | Valor Débito (R\$) |
|---------|---------------------------|-------------------|-----------------|---------------|----------------|-------------------|------------|-----------------|----------|----------|--------------------|
| 9081 | | | | | 0,00 | 13/01/2015 | 2 510,60 | 0,00 | | | 0,00 |
| 9081 | | | | | 0,00 | 13/01/2015 | 12 552,99 | 0,00 | | | 0,00 |
| 2081 | 614315076 | | 16/03/2009 | | R\$ 1 000,00 | 19/03/2010 | 1 288,70 | 1 288,70 | 36212637 | PG | 0,00 |
| 2081 | 615997084 | | 12/04/2010 | | R\$ 7 000,00 | 12/04/2010 | 7 000,00 | 7 000,00 | 36212637 | PG | 0,00 |
| 2081 | 616152089 | | 12/05/2008 | | R\$ 6 000,00 | | 0,00 | 0,00 | 36212637 | CA | 0,00 |
| 2081 | 616293082 | | 12/05/2008 | | R\$ 20 000,00 | | 0,00 | 0,00 | 36212637 | CA | 0,00 |
| 2081 | 616299081 | | 14/07/2009 | | R\$ 7 000,00 | 19/03/2010 | 8 799,69 | 8 799,69 | 36212637 | PG | 0,00 |
| 2081 | 617084086 | | 17/01/2010 | | R\$ 7 000,00 | 30/04/2010 | 8 564,50 | 8 564,50 | 36212637 | PG | 0,00 |
| 2081 | 617867087 | | 05/07/2008 | | R\$ 10 000,00 | 31/03/2010 | 11 719,00 | 11 719,00 | 36212637 | PG | 0,00 |
| 2081 | 617868085 | | 20/04/2009 | | R\$ 7 000,00 | 30/11/2009 | 8 777,30 | 8 777,30 | 36212637 | PG | 0,00 |
| 2081 | 618752088 | | 23/07/2010 | | R\$ 7 000,00 | 08/07/2010 | 7 000,00 | 7 000,00 | 36212637 | PG | 0,00 |
| 2081 | 618753086 | | 24/11/2008 | | R\$ 10 000,00 | 31/03/2010 | 11 287,00 | 11 287,00 | 36212637 | PG | 0,00 |
| 2081 | 619336086 | | 07/05/2010 | | R\$ 7 000,00 | 05/05/2010 | 7 000,00 | 7 000,00 | 36212637 | PG | 0,00 |
| 2081 | 620282099 | | 04/05/2009 | | R\$ 10 000,00 | 23/12/2009 | 12 528,00 | 12 527,99 | 36212637 | PG | 0,00 |
| 2081 | 621446090 | | 24/08/2009 | | R\$ 7 000,00 | 31/03/2010 | 8 751,39 | 8 751,39 | 36212637 | PG | 0,00 |
| 2081 | 621671094 | | 07/09/2009 | | R\$ 10 000,00 | | 0,00 | 0,00 | 36212637 | CA | 0,00 |
| 2081 | 621672092 | | 07/05/2010 | | R\$ 10 000,00 | 05/05/2010 | 10 000,00 | 10 000,00 | 36212637 | PG | 0,00 |
| 2081 | 621675097 | | 20/03/2010 | | R\$ 7 000,00 | 22/03/2010 | 7 000,00 | 7 000,00 | 36212637 | PG | 0,00 |
| 2081 | 621789093 | | 15/03/2010 | | R\$ 7 000,00 | 15/03/2010 | 7 000,00 | 7 000,00 | 36212637 | PG | 0,00 |
| 2081 | 622217090 | | 16/11/2009 | | R\$ 7 000,00 | 30/04/2010 | 8 661,80 | 8 661,80 | 36212637 | PG | 0,00 |
| 2081 | 622245095 | 60840002474200620 | 16/11/2009 | | R\$ 10 000,00 | 30/12/2009 | 11 552,00 | 11 552,00 | 36212637 | PG | 0,00 |
| 2081 | 622275097 | | 16/11/2009 | | R\$ 10 000,00 | 30/04/2010 | 12 374,00 | 12 374,00 | 36212637 | PG | 0,00 |
| 2081 | 622303096 | | 16/11/2009 | | R\$ 7 000,00 | 30/12/2009 | 8 086,40 | 8 086,40 | 36212637 | PG | 0,00 |
| 2081 | 622419099 | | 03/05/2010 | | R\$ 4 000,00 | 03/05/2010 | 4 000,00 | 4 000,00 | 36212637 | PG | 0,00 |
| 2081 | 622420092 | | 23/11/2009 | | R\$ 10 000,00 | | 0,00 | 0,00 | 36212637 | CA | 0,00 |
| 2081 | 622699100 | | 17/02/2010 | | R\$ 10 000,00 | 07/04/2010 | 11 792,99 | 11 792,99 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 623630108 | 60800007353201027 | 27/12/2010 | | R\$ 7 000,00 | 13/12/2010 | 7 000,00 | 7 000,00 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 624061105 | 60830007432200785 | 29/10/2010 | | R\$ 7 000,00 | 10/11/2010 | 7 347,20 | 7 347,20 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 624983103 | 60800017612201028 | 08/10/2010 | | R\$ 40 000,00 | 07/10/2010 | 40 000,00 | 40 000,00 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 625211107 | 60840003355200694 | 10/01/2011 | | R\$ 7 000,00 | 13/12/2010 | 7 000,00 | 7 000,00 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 626336114 | 60840002091200732 | 07/03/2011 | 28/04/2007 | R\$ 7 000,00 | 04/03/2011 | 7 000,00 | 7 000,00 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 628652116 | 60800069690200974 | 03/05/2013 | 28/12/2007 | R\$ 7 000,00 | 10/04/2013 | 7 000,00 | 7 000,00 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 628866119 | 60800027953201010 | 28/01/2013 | 30/12/2007 | R\$ 7 000,00 | 01/02/2013 | 7 069,30 | 7 069,30 | | Parcial | 0,00 |
| | | | | | | 16/04/2013 | 111,02 | 111,02 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 630077114 | 60800021786201176 | 03/12/2012 | 21/03/2006 | R\$ 7 000,00 | 07/11/2012 | 7 000,00 | 7 000,00 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 630160116 | 60800074000200907 | 06/01/2012 | 21/03/2006 | R\$ 7 000,00 | 18/04/2012 | 8 579,89 | 8 579,89 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 630505119 | 60840005677200911 | 09/07/2012 | 23/07/2007 | R\$ 3 500,00 | 10/07/2012 | 3 511,55 | 3 511,55 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 631209128 | 60800069692200963 | 20/08/2013 | 04/01/2008 | R\$ 14 000,00 | 09/08/2013 | 14 000,00 | 14 000,00 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 631210121 | 60800027958201034 | 17/06/2013 | 18/02/2008 | R\$ 7 000,00 | 17/06/2013 | 7 000,00 | 7 000,00 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 634168123 | 60800067312200956 | 26/10/2012 | 14/01/2009 | R\$ 3 500,00 | 28/02/2013 | 4 294,49 | 4 294,49 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 634232129 | 60820002716200966 | 01/11/2012 | 14/01/2009 | R\$ 7 000,00 | 08/11/2012 | 7 161,70 | 7 161,70 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 634307124 | 60820003183200930 | 01/11/2012 | 14/01/2009 | R\$ 7 000,00 | 13/12/2012 | 8 040,20 | 8 040,20 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 634568129 | 60820002434200969 | 29/11/2012 | 10/01/2009 | R\$ 10 000,00 | 12/12/2012 | 10 529,00 | 10 529,00 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 634618129 | 00058019527201294 | 30/11/2012 | 10/01/2009 | R\$ 3 500,00 | 12/12/2012 | 3 673,60 | 3 673,60 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 634622127 | 60800238236201194 | 30/11/2012 | 10/01/2009 | R\$ 7 000,00 | 12/12/2012 | 7 347,20 | 7 347,20 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 634623125 | 60800238236201194 | 30/11/2012 | 10/01/2009 | R\$ 7 000,00 | 12/12/2012 | 7 347,20 | 7 347,20 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 634624123 | 60800238236201194 | 30/11/2012 | 10/01/2009 | R\$ 7 000,00 | 12/12/2012 | 7 347,20 | 7 347,20 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 634625121 | 60800238236201194 | 30/11/2012 | 10/01/2009 | R\$ 7 000,00 | 12/12/2012 | 7 347,20 | 7 347,20 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 634626120 | 60800238236201194 | 30/11/2012 | 10/01/2009 | R\$ 7 000,00 | 12/12/2012 | 7 347,20 | 7 347,20 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 634627128 | 60800238236201194 | 30/11/2012 | 10/01/2009 | R\$ 7 000,00 | 12/12/2012 | 7 347,20 | 7 347,20 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 634628126 | 60820002960200929 | 30/11/2012 | 10/01/2009 | R\$ 7 000,00 | 12/12/2012 | 7 347,20 | 7 347,20 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 634629124 | 60820002961200973 | 30/11/2012 | 10/01/2009 | R\$ 7 000,00 | 12/12/2012 | 7 347,20 | 7 347,20 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 634950121 | 60800195167201117 | 04/01/2016 | 31/05/2011 | R\$ 17 500,00 | 21/12/2015 | 17 500,00 | 17 500,00 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 635789130 | 60800004831201128 | 08/03/2013 | 28/12/2010 | R\$ 7 000,00 | 22/02/2013 | 7 000,00 | 7 000,00 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 635833130 | 60800003483201091 | 14/03/2013 | 01/03/2010 | R\$ 2 800,00 | 20/02/2013 | 2 800,00 | 2 800,00 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 635834139 | 60840000662201008 | 14/03/2013 | 24/08/2009 | R\$ 7 000,00 | 13/05/2013 | 8 498,70 | 8 498,70 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 636110132 | 60800017686201064 | 25/04/2013 | 26/07/2010 | R\$ 7 000,00 | 27/03/2013 | 7 000,00 | 7 000,00 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 636136136 | 60820000714200932 | 26/04/2013 | 18/12/2008 | R\$ 7 000,00 | 30/04/2013 | 7 092,40 | 7 092,40 | | PG | 0,00 |

| | | | | | | | | | | |
|------|-----------|-------------------|------------|------------|---------------|------------|-----------|-----------|-------|----------|
| 2081 | 636423133 | 6082000162200962 | 06/06/2013 | 09/12/2008 | R\$ 10 000,00 | 06/06/2013 | 10 000,00 | 10 000,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 636502137 | 60800021200201173 | 24/06/2013 | 05/09/2006 | R\$ 5 600,00 | 12/06/2013 | 5 600,00 | 5 600,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 636647133 | 00058015016201201 | 24/06/2013 | 09/11/2008 | R\$ 7 000,00 | 11/07/2014 | 9 126,59 | 9 126,59 | PG | 0,00 |
| 2081 | 636991130 | 60820014197200806 | 12/07/2013 | 07/12/2008 | R\$ 7 000,00 | 25/06/2013 | 7 000,00 | 7 000,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 637863133 | 60840005405200911 | 05/09/2013 | 22/02/2009 | R\$ 14 000,00 | 12/08/2013 | 14 000,00 | 14 000,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 637903136 | 60840002392201061 | 06/09/2013 | 24/05/2008 | R\$ 7 000,00 | 12/08/2013 | 7 000,00 | 7 000,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 638949130 | 60840002390201072 | 19/10/2017 | 16/10/2007 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | CP CD | 9 057,77 |
| 2081 | 639222139 | 60830009026200919 | 08/11/2013 | 08/01/2009 | R\$ 7 000,00 | 31/10/2013 | 7 000,00 | 7 000,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 640345140 | 00058008805201369 | 03/04/2017 | 13/12/2012 | R\$ 7 000,00 | 31/05/2017 | 8 409,80 | 8 409,80 | PG | 0,00 |
| 2081 | 640347146 | 00058008869201360 | 03/04/2017 | 13/12/2012 | R\$ 7 000,00 | 31/05/2017 | 8 409,80 | 8 409,80 | PG | 0,00 |
| 2081 | 640348144 | 00058008832201331 | 03/04/2017 | 13/12/2012 | R\$ 7 000,00 | 31/05/2017 | 8 409,80 | 8 409,80 | PG | 0,00 |
| 2081 | 640349142 | 00058009143201344 | 03/04/2017 | 13/12/2012 | R\$ 7 000,00 | 31/05/2017 | 8 409,80 | 8 409,80 | PG | 0,00 |
| 2081 | 640352142 | 00058009151201391 | 03/04/2017 | 13/12/2012 | R\$ 7 000,00 | 31/05/2017 | 8 409,80 | 8 409,80 | PG | 0,00 |
| 2081 | 640355147 | 00058008946201381 | 03/04/2017 | 13/12/2012 | R\$ 7 000,00 | 31/05/2017 | 8 409,80 | 8 409,80 | PG | 0,00 |
| 2081 | 640357143 | 00058008943201348 | 03/04/2017 | 13/12/2012 | R\$ 7 000,00 | 31/05/2017 | 8 409,80 | 8 409,80 | PG | 0,00 |
| 2081 | 640358141 | 00058009149201311 | 03/04/2017 | 13/12/2012 | R\$ 7 000,00 | 31/05/2017 | 8 409,80 | 8 409,80 | PG | 0,00 |
| 2081 | 640359140 | 00058008850201313 | 03/04/2017 | 13/12/2012 | R\$ 7 000,00 | 31/05/2017 | 8 409,80 | 8 409,80 | PG | 0,00 |
| 2081 | 640360143 | 00058008839201353 | 03/04/2017 | 13/12/2012 | R\$ 7 000,00 | 31/05/2017 | 8 409,80 | 8 409,80 | PG | 0,00 |
| 2081 | 640442141 | 00058025081201237 | 14/03/2014 | 28/04/2011 | R\$ 10 000,00 | 27/03/2014 | 10 429,00 | 10 429,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 640977146 | 00058008858201380 | 04/04/2014 | 13/12/2012 | R\$ 10 000,00 | 05/05/2014 | 11 123,00 | 11 123,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 641266141 | 00058067427201274 | 08/05/2014 | 06/08/2012 | R\$ 5 000,00 | 08/05/2014 | 5 000,00 | 5 000,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 641767141 | 00058008856201391 | 23/06/2017 | 11/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 9 259,37 |
| 2081 | 641768140 | 00058008899201376 | 23/06/2017 | 11/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 9 259,37 |
| 2081 | 641769148 | 00058008845201319 | 23/06/2017 | 11/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 9 259,37 |
| 2081 | 641770141 | 00058008923201377 | 23/06/2017 | 11/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 9 259,37 |
| 2081 | 641771140 | 00058008917201310 | 23/06/2017 | 11/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 9 259,37 |
| 2081 | 641772148 | 00058008928201308 | 23/06/2017 | 11/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 9 259,37 |
| 2081 | 641773140 | 00058008866201326 | 23/06/2017 | 11/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 9 259,37 |
| 2081 | 641774148 | 00058008863201392 | 23/06/2017 | 11/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 9 259,37 |
| 2081 | 641775148 | 00058008847201308 | 02/05/2019 | 11/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DC2 | 7 000,00 |
| 2081 | 641776140 | 00058008809201347 | 23/06/2017 | 11/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 9 259,37 |
| 2081 | 641777149 | 00058008812201361 | 23/06/2017 | 11/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 9 259,37 |
| 2081 | 641778147 | 00058008882201319 | 23/06/2017 | 11/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 9 259,37 |
| 2081 | 641779145 | 00058009146201388 | 23/06/2017 | 11/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 9 259,37 |
| 2081 | 641780149 | 00058008926201319 | 23/06/2017 | 11/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 9 259,37 |
| 2081 | 641781147 | 00058008821201351 | 23/06/2017 | 11/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 9 259,37 |
| 2081 | 641782145 | 00058008876201361 | 23/06/2017 | 11/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 9 259,37 |
| 2081 | 641783143 | 00058008939201380 | 23/06/2017 | 11/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 9 259,37 |
| 2081 | 641784141 | 00058008880201320 | 23/06/2017 | 11/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 9 259,37 |
| 2081 | 641785140 | 00058008893201307 | 15/09/2017 | 11/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | CP CD | 9 102,57 |
| 2081 | 641997146 | 60800181856201144 | 29/12/2017 | 01/09/2011 | R\$ 7 000,00 | 20/12/2017 | 7 000,00 | 7 000,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 642077140 | 00058008815201302 | 17/07/2014 | 13/12/2012 | R\$ 10 000,00 | 13/01/2015 | 15 063,59 | 12 552,99 | PG | 0,00 |
| 2081 | 642086149 | 00058022837201296 | 17/07/2014 | 03/01/2012 | R\$ 7 000,00 | 11/07/2014 | 7 000,00 | 7 000,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 642088145 | 00058009170201317 | 17/07/2014 | 13/12/2012 | R\$ 7 000,00 | 17/12/2014 | 8 719,89 | 8 719,89 | PG | 0,00 |
| 2081 | 642092143 | 00058009159201357 | 17/07/2014 | 13/12/2013 | R\$ 7 000,00 | 17/12/2014 | 8 719,89 | 8 719,89 | PG | 0,00 |
| 2081 | 642115146 | 00058008800201336 | 17/07/2014 | 13/12/2012 | R\$ 7 000,00 | 17/12/2014 | 8 719,89 | 8 719,89 | PG | 0,00 |
| 2081 | 642230146 | 00058022833201216 | 24/07/2014 | 03/01/2012 | R\$ 7 000,00 | 11/07/2014 | 7 000,00 | 7 000,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 642231144 | 00058009156201313 | 23/06/2017 | 13/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 9 259,37 |
| 2081 | 642232142 | 00058009166201359 | 23/06/2017 | 13/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 9 259,37 |
| 2081 | 643068146 | 00058008932201368 | 09/10/2017 | 13/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 9 057,77 |
| 2081 | 643069144 | 00058008930201379 | 09/10/2017 | 13/12/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 9 057,77 |
| 2081 | 643503143 | 00058021748201494 | 09/10/2014 | 04/12/2013 | R\$ 3 500,00 | 16/09/2014 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 643504141 | 00058021746201403 | 09/10/2014 | 05/12/2013 | R\$ 3 500,00 | 16/09/2014 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 643505140 | 00058021749201439 | 09/10/2014 | 13/12/2013 | R\$ 3 500,00 | 16/09/2014 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 643506148 | 00058026970201483 | 09/10/2014 | 04/12/2013 | R\$ 3 500,00 | 16/09/2014 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 643507146 | 00058026993201498 | 09/10/2014 | 02/12/2013 | R\$ 3 500,00 | 12/09/2014 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 643508144 | 00058026999201465 | 09/10/2014 | 12/12/2013 | R\$ 3 500,00 | 16/09/2014 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 643509142 | 00058026969201459 | 09/10/2014 | 11/12/2013 | R\$ 3 500,00 | 16/09/2014 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 643510146 | 00058009355201411 | 09/10/2014 | 25/11/2013 | R\$ 3 500,00 | 28/10/2014 | 3 719,45 | 3 719,45 | PG | 0,00 |
| 2081 | 643511144 | 00058009353201413 | 09/10/2014 | 26/11/2013 | R\$ 3 500,00 | 16/09/2014 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 643512142 | 00058009352201479 | 09/10/2014 | 23/11/2013 | R\$ 3 500,00 | 28/10/2014 | 3 719,45 | 3 719,45 | PG | 0,00 |
| 2081 | 643513140 | 00058009350201480 | 09/10/2014 | 28/11/2013 | R\$ 3 500,00 | 12/09/2014 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 643576149 | 00058021724201435 | 13/10/2014 | 03/12/2013 | R\$ 3 500,00 | 12/09/2014 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 643577147 | 00058021708201442 | 13/10/2014 | 09/12/2013 | R\$ 3 500,00 | 12/09/2014 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 643578145 | 00058021687201465 | 13/10/2014 | 11/12/2013 | R\$ 3 500,00 | 12/09/2014 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 643579143 | 00058021679201419 | 13/10/2014 | 10/12/2013 | R\$ 3 500,00 | 12/09/2014 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 643580147 | 00058021713201455 | 13/10/2014 | 10/12/2013 | R\$ 3 500,00 | 12/09/2014 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 643581145 | 00058021720201457 | 13/10/2014 | 03/12/2013 | R\$ 3 500,00 | 12/09/2014 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 643582143 | 00058021744201414 | 13/10/2014 | 07/12/2013 | R\$ 3 500,00 | 12/09/2014 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 643583141 | 00058021752201452 | 13/10/2014 | 14/12/2013 | R\$ 3 500,00 | 12/09/2014 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 647195151 | 00058019001201476 | 12/06/2015 | 25/11/2013 | R\$ 3 500,00 | 14/05/2015 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 647197158 | 00058018987201467 | 12/06/2015 | 23/11/2013 | R\$ 3 500,00 | 14/05/2015 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 647198156 | 00058019002201411 | 12/06/2015 | 26/11/2013 | R\$ 3 500,00 | 14/05/2015 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |

| | | | | | | | | | | |
|------|---------------------------|-------------------|------------|------------|--------------|------------|----------|----------|-------|----------|
| 2081 | 647199154 | 00058019005201454 | 12/06/2015 | 30/11/2013 | R\$ 3 500,00 | 14/05/2015 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 647200151 | 00058019003201465 | 12/06/2015 | 28/11/2013 | R\$ 3 500,00 | 14/05/2015 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 647201150 | 00058018999201491 | 12/06/2015 | 21/11/2013 | R\$ 3 500,00 | 14/05/2015 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 647202158 | 00058019000201421 | 12/06/2015 | 23/11/2013 | R\$ 3 500,00 | 14/05/2015 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 647204154 | 00058019009201432 | 12/06/2015 | 30/11/2013 | R\$ 3 500,00 | 14/05/2015 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 647206150 | 00058019006201407 | 12/06/2015 | 25/11/2013 | R\$ 3 500,00 | 14/05/2015 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 647207159 | 00058019007201443 | 12/06/2015 | 27/11/2013 | R\$ 3 500,00 | 14/05/2015 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 647390153 | 00058019008201498 | 26/06/2015 | 28/11/2013 | R\$ 3 500,00 | 01/06/2015 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 647694155 | 00058043174201413 | 10/07/2015 | 04/04/2014 | R\$ 3 500,00 | 23/06/2015 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 647695153 | 00058043174201413 | 10/07/2015 | 18/04/2014 | R\$ 3 500,00 | 23/06/2015 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 647696151 | 00058043174201413 | 10/07/2015 | 25/04/2014 | R\$ 3 500,00 | 23/06/2015 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 647697150 | 00058043174201413 | 10/07/2015 | 28/04/2014 | R\$ 3 500,00 | 23/06/2015 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 648442155 | 00058022785201258 | 19/07/2018 | 03/01/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | CP CD | 8 722,47 |
| 2081 | 648443153 | 00058022799201271 | 19/07/2018 | 03/01/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | CP CD | 8 722,47 |
| 2081 | 648444151 | 00058005945201202 | 21/08/2015 | 20/01/2012 | R\$ 7 000,00 | 30/07/2015 | 7 000,00 | 7 000,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 648445150 | 00058022810201201 | 19/07/2018 | 03/01/2012 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | CP CD | 8 722,47 |
| 2081 | 649331159 | 00058026996201421 | 18/09/2015 | 16/12/2013 | R\$ 3 500,00 | 13/08/2015 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 649489157 | 00058037347201294 | 25/09/2015 | 15/05/2012 | R\$ 7 000,00 | 04/09/2015 | 7 000,00 | 7 000,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 649560155 | 00068007573201493 | 25/09/2015 | 29/10/2014 | R\$ 3 500,00 | 27/08/2015 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 649561153 | 00068007570201450 | 25/09/2015 | 29/10/2014 | R\$ 3 500,00 | 27/08/2015 | 3 500,00 | 3 500,00 | PG | 0,00 |

Legenda do Campo Situação

| | |
|--|--|
| AD3 - RECURSO ADMITIDO EM 3ª INSTÂNCIA | PG - QUITADO |
| AD3N - RECURSO ADMITIDO EM 3ª INSTÂNCIA SEM EFEITO SUSPENSIVO | PGDJ - QUITADO DEPÓSITO JUDICIAL CONVERTIDO EM REI |
| CA - CANCELADO | PP - PARCELADO PELA PROCURADORIA |
| CAN - CANCELADO | PU - PUNIDO |
| CD - CADIN | PU1 - PUNIDO 1ª INSTÂNCIA |
| CP - CRÉDITO À PROCURADORIA | PU2 - PUNIDO 2ª INSTÂNCIA |
| DA - DÍVIDA ATIVA | PU3 - PUNIDO 3ª INSTÂNCIA |
| DC1 - DECIDIDO EM 1ª INSTÂNCIA, MAS AINDA AGUARDANDO CIÊNCIA | RAN - PROCESSO EM REVISÃO POR INICIATIVA DA ANAC |
| DC2 - DECIDIDO EM 2ª INSTÂNCIA, MAS AGUARDANDO CIÊNCIA | RANS - PROCESSO EM REVISÃO POR INICIATIVA DA ANAC |
| DC3 - DECIDIDO EM 3ª INSTÂNCIA, MAS AGUARDANDO CIÊNCIA | RE - RECURSO |
| DG2 - DILIGÊNCIAS POR INICIATIVA DA 2ª INSTÂNCIA | RE2 - RECURSO DE 2ª INSTÂNCIA |
| DG3 - DILIGÊNCIAS POR INICIATIVA DA 3ª INSTÂNCIA | RE2N - RECURSO DE 2ª INSTÂNCIA SEM EFEITO SUSPENSIVO |
| EF - EXECUÇÃO FISCAL | RE3 - RECURSO DE 3ª INSTÂNCIA |
| GDE - GARANTIA DA EXECUÇÃO POR DEPÓSITO JUDICIAL | RE3N - RECURSO DE 3ª INSTÂNCIA SEM EFEITO SUSPENSIVO |
| GPE - GARANTIA DA EXECUÇÃO POR PENHORA REGULAR E SUFICIENTE | REN - RECURSO SEM EFEITO SUSPENSIVO |
| IN3 - RECURSO NÃO FOI ADMITIDO A 3ª INSTÂNCIA | RS - RECURSO SUPERIOR |
| INR - REVISÃO A PEDIDO OU POR INICIATIVA DA ANAC NÃO FOI ADMITIDA | RSN - RECURSO SUPERIOR SEM EFEITO SUSPENSIVO |
| IT2 - PUNIDO PQ RECURSO EM 2ª FOI INTEMPESTIVO | RVS - PROCESSO EM REVISÃO POR INICIATIVA DO INTERESSADO |
| IT3 - PUNIDO PQ RECURSO EM 3ª INSTÂNCIA FOI INTEMPESTIVO | RVSN - PROCESSO EM REVISÃO POR INICIATIVA DO INTERESSADO |
| ITD - RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA INTEMPESTIVO, MAS AINDA AGUARDANDO CIÊNCIA DO INFRATOR | RVT - REVISTO |
| ITDN - RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA INTEMPESTIVO, MAS AINDA AGUARDANDO CIÊNCIA DO INFRATOR, SEM EFEITO SUSPENSIVO | SDE - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE POR DEPÓSITO JUDICIAL |
| ITT - RECURSO EM 3ª INSTÂNCIA INTEMPESTIVO, MAS AINDA AGUARDANDO CIÊNCIA DO INFRATOR | SDJ - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE POR DECISÃO JUDICIAL |
| PC - PARCELADO | |

Registro 1 até 150 de 240 registros

➔ Páginas: [1] 2 [Ir] [Reg]

| | | |
|--------------|----------|----------------|
| Tela Inicial | Imprimir | Exportar Excel |
|--------------|----------|----------------|



AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
JULGAMENTO ASJIN - JULG ASJIN

DECISÃO MONOCRÁTICA DE 2ª INSTÂNCIA Nº 495/2019

PROCESSO Nº 00067.006170/2015-18

INTERESSADO: American Airlines Inc

Brasília, 26 de março de 2019.

1. Recurso conhecido e recebido em seu efeitos suspensivo (art. 16 da Res. ANAC 25/2008).
2. Analisados todos os elementos constantes dos autos, em especial manifestações do interessado. Foi dada ampla oportunidade de manifestação no feito, respeitados prazos e dialética processual, de modo que preservados ampla defesa e contraditório inerentes ao certame.
3. De acordo com a proposta de decisão (SEI nº 2844870). Ratifico na integralidade os entendimentos da análise referenciada, adotando-os como meus e tornando-os parte integrante desta decisão, com respaldo nos termos do artigo 50, §1º da Lei nº 9.784/1999.
4. A materialidade infracional restou bem configurada ao logo de todo o certame, tendo sido as razões de defesa insuficientes para afastá-la. À luz do art. 36 da Lei 9.784/1999, falhou a interessada em trazer provas cabais e suficientes para afastar a ocorrência da infração.
5. Dosimetria adequada para o caso. À luz do art. 36, §6º, da Resolução 472/2018, que entrou em vigor a partir de 04/12/2018, "*para fins de aferição da dosimetria deve-se considerar o contexto fático existente quando do arbitramento da sanção em primeira instância*".
6. Consideradas as atribuições a mim conferidas pela Portaria nº 3.403, de 17 de novembro de 2016 e Portaria nº 2.829, de 20 de outubro de 2016 e com lastro no art. 42, inciso I da Resolução ANAC nº 472, de 2018 e competências ditas pelo art. 30 do Regimento Interno da ANAC, Resolução nº 381/2016, **DECIDO:**

- **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, **MANTENDO** a multa aplicada pela autoridade competente da primeira instância administrativa em desfavor de AMERICAN AIRLINES INC, conforme individualização no quadro abaixo:

| NUP | Crédito de Multa (SIGEC) | Auto de Infração (AI) | Data da Infração | Infração | Enquadramento | SANÇÃO A SER APLICADA EM DEFINITIVO |
|----------------------|--------------------------|-----------------------|------------------|---|--|-------------------------------------|
| 00067.006170/2015-18 | 665001185 | 002187/2015 | 07/07/2015 | Deixar de disponibilizar, nas zonas de despacho de passageiros (check-in) e nas áreas de embarque, informativos claros e acessíveis conforme o art. 18, §3º da Resolução nº 141, de 09/03/2010; | Art. 302, inciso III, alínea "u" da Lei nº 7.565 de 19 de dezembro de 1986 c/c art. 18, §3º da Resolução nº 141, de 09 de março de 2010; | R\$ 7.000,00 (sete mil reais) |

À Secretaria.

Notifique-se.

Publique-se.

BRUNO KRUCHAK BARROS
SIAPE 1629380
Presidente Turma Recursal – BSB
Assessor de Julgamento de Autos em Segunda Instância Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Kruchak Barros, Presidente de Turma**, em 27/03/2019, às 19:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **2846317** e o código CRC **70896BB6**.

Referência: Processo nº 00067.006170/2015-18

SEI nº 2846317